

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 01/2018
(Mandato 2017/21)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2018

CONTÉM 26 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 01/2018 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 23h30.

Sumário

F

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =	4
= ORDEM DO DIA =	20
= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =	20
REGIMENTO DA AM	22
PROGRAMA ESTRATÉGICO DA ORU	26
LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ 31-12-2017	26
LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ 31-01-2018	26
DESIGNAÇÃO DE JURI DE RECRUTAMENTO	26
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =	26
= ENCERRAMENTO =	26



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- No dia dezasseis do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia seis do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito. -----

----- Registou-se a falta dos seguintes membros: -----
Palmira Ribeiro da Costa (PS); António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD); Elisabete Dantas Afonso Rodrigues (PS); Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS); Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende. -----

----- Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Vítor Manuel Rosas da Silva (PS) e Sérgio de Sousa Caselhos (PS). -----

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira (UF) foi substituído pelo Secretário da UF, Amílcar Duarte da Cunha Ribas; -----
Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras (UF) foi substituído pelo tesoureiro da UF José Augusto Dias. -----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

----- De seguida e como tinha sido previamente combinado com o grupo de trabalho, passou a palavra ao presidente da Câmara para apresentação da proposta: *“O lobo e o homem: proteger, valorizar e sensibilizar”*. -----

Presidente da Câmara: este introito vem na sequência do debate, na última assembleia, do tema do Lobo no nosso território. Quando se fala do lobo fala-se, também, do homem. O assunto é mediático e político sempre que acontecem ataques ou alegados ataques aos nossos criadores e rebanhos. -----
Estamos a reabilitar um espaço em Castanheira que tratará esta relação entre o Lobo e o Homem, num debate que se pretende racional, moderado e exigente. -----
Tentaremos que este conflito seja mitigado através de um grupo de trabalho destinado a encontrar soluções porque, neste campo, não existem verdades absolutas nem devemos assumir partidos. Existe um enquadramento legal e é possível chegar a um consenso. -----
Vamos fazer uma apresentação que poderá ser pedagógica. Convidámos o Professor Francisco Álvares, do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos/Universidade do Porto, (CIBIO), uma das pessoas mais entendidas nesta área. O vereador Tiago Cunha também vai fazer uma pequena introdução e isto é um primeiro passo ou uma ponte para abriremos o debate e para, em vez de gritarmos e acusarmos, tentarmos com racionalidade, ponderação e exigência que este problema, que aflige muitas pessoas, possa ser resolvido, ou pelo menos, controlado e enquadrado.--

Vereador Tiago Cunha: o objetivo da apresentação será atingido se, no final, conseguirmos perceber o sentido da expressão “O Lobo e o Homem: proteger, valorizar e sensibilizar”, sobretudo com a tónica nessas palavras, “proteger, valorizar e sensibilizar”. O projeto surgiu, em 2015, de uma candidatura submetida e aprovada, mas que teve um longo percurso. Foi chumbada várias vezes por razões administrativas, puramente administrativas, o que também espelha um pouco a forma como a administração trata este assunto: encontrando sempre forma de adia-lo sem nunca o resolver. E foi isso que motivou o empenho e interesse da Câmara, inicialmente. O que nós percebemos é que não sendo uma competência direta da Câmara, era urgente esclarecer as pessoas. Por isso, a Câmara Municipal, com o Francisco Álvares, que representa aqui o CIBIO, e a Associação Aldeia, procuraram articular uma forma de encontrar respostas. É importante esclarecer que estes que são os nossos parceiros não representam aqui o ICNF – quem, administrativamente, tem a responsabilidade de lidar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com este assunto – nem pretendem substituir-se a ela. O que nós percebemos é que, não sendo uma competência direta da Câmara Municipal, não podemos nós também assobiar para o lado, porque era isso que toda a gente fazia. Existe um conflito, que é evidente desde que há Homens e lobos. Portanto, a única forma que temos de resolver o assunto é enfrentá-lo e lidar com ele. A ideia de lançar a responsabilidade para os outros e dizer que o problema é do ICNF ou dos criadores de animais não é uma ideia feliz. O ponto de partida é o de que enfrentar o problema será a melhor forma de resolvê-lo e foi isso que fizemos. -----

Esta candidatura e este projeto pretendem o quê? Se nós olharmos para os lados do conflito, se falarmos no lobo e no homem, polarizamo-lo no lobo ou no Homem, mas isso é errado por existirem muitas entidades pelo meio. A responsabilidade quando falamos é, obviamente, do ICNF. A Câmara neste projeto, porque não tem competências legais próprias, tem uma função de pivô e o que pretendemos é criar uma relação entre todos os elementos em conflito. Normalmente quando há um conflito as pessoas têm uma tendência para se focarem na posição delas e nos seus interesses e isso, não ajudando a resolver o problema, é antes uma forma de amplia-lo. -----

A Câmara neste projeto assume esse papel de pivô, de quem vai à procura das entidades parceiras e as desperta ou até provoca quando é necessário, mas também que as cativa para que elas trabalhem e se envolvam no projeto. Foi isso que fizemos e o primeiro desafio foi feito com um parceiro: o CIBIO.

Uma vez esclarecido e enquadrado o projeto, importa dizer que o lobo é uma espécie em vias de extinção, portanto não vamos discutir se está em causa ou não a proteção do lobo. O lobo é uma espécie que está protegida por lei e não é uma opção minha, da Câmara, de algum dos presentes, dos criadores, é antes uma opção governamental, vertida em lei há muito tempo; uma das poucas espécies cujo abate pode ser considerado crime e que, por norma, é investigado. -----

Em momento algum podemos pensar em extinguir ou abolir a proteção do lobo, de modo nenhum, como espécie protegida, já que ele tem um estatuto legal. Portanto, nós temos, obviamente, de procurar uma solução que não passe por abolir esse estatuto legal. -----

O município Paredes de Coura situa-se numa área de ocorrência regular, com duas alcateias, a da Boalhosa e a da Cruz Vermelha. Não são alcateias grandes, não são regulares e, não têm mais de três ou quatro animais – o que nem toda a gente sabe. Um dos problemas que detetamos tem a ver com isso: o desconhecimento dos números, dos factos, do que existe, do número de ataques e isso é também uma das debilidades que o projeto pretende colmatar. A instabilidade populacional é, por exemplo, uma das questões que caracterizam as alcateias, significando que o número de lobos não é sempre constante. É evidente que alguns efetivos acabam por morrer e a alcateia tem anos que nem sequer é avistada. Quando falamos da candidatura que submetemos, falamos de candidatura submetida ao património natural. O assunto já foi discutido numa outra assembleia onde se fez uma pergunta relacionada com financiamento das ações que podiam ser realizadas. A candidatura previa que fossem financiadas as ações de proteção de ativos ambientais relacionados com as áreas classificadas e espécies protegidas, nomeadamente a proteção e conservação da natureza. E falamos de financiamento de 85%. A abordagem inicial da nossa parte foi tentar financiar cães de gado e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cercas elétricas – que era o que achávamos uma necessidade mais imediata. Os regulamentos dos financiamentos não estão preparados para isso, estão preparados para privilegiar a proteção do animal que já é protegido, o lobo, não propriamente, as ovelhas. Ou seja, por esta medida percebemos que nunca conseguiríamos obter financiamento para esse efeito, mas achamos que talvez conseguíssemos ir buscar informação, colaboradores, parceiros e depois, através dela, mobilizar meios para conseguir financiar as intenções iniciais.-----

Aceitamos que proteger o animal seria sempre primordial, verdadeiramente seria o objeto da candidatura que visava a proteção e a conservação da natureza. O principal predador do lobo é o homem que, muito pelo conflito existente, morre em laços e abatido a tiro. Por isso, no caminho para atingir o objetivo de proteção do animal entendemos que teria de estar sempre o esclarecimento e a informação sobre as medidas de proteção dos rebanhos que serviriam sempre para prevenir ataques; portanto uma forma de proteção pela diminuição do impacto do conflito entre o homem e o lobo. Achamos, também, que passaria pela sensibilização e educação ambiental e que teria uma componente relacionada com as escolas, com as crianças e por último, o objetivo, que é essencial, que consiste em procurar o equilíbrio de interesses entre todas as partes implicadas neste conflito e desse modo estaríamos a proteger e a diminuir esse conflito homem / lobo.-----

Em relação à questão da valorização, esta também parte de uma ideia que tentámos pôr em todos os projetos que temos, ou seja, partirmos de um problema, o problema que é o conflito que existe e até que ponto é que este problema é só um problema e não é uma oportunidade para conseguirmos valorização. Até que ponto uma debilidade que nos onera, algo que prejudica as pessoas não pode ser encarado como uma oportunidade de criar valor, de dar alguma coisa às pessoas que estão cá? Quando falo das pessoas que estão cá, falo dos produtores, das comunidades locais que são por norma comunidades de montanha que são aquelas que são mais desfavorecidas. Por norma, aqueles produtores que têm oito, dez ovelhas, são pessoas que têm dificuldades económicas e para quem o rebanho é um complemento ao rendimento que têm da atividade agrícola ou de uma outra atividade principal. O que nós pretendíamos era implementar medidas que pudessem depois diminuir o prejuízo e aumentar a rentabilidade. -----

Pretendíamos também incentivar a valorização económica e ecoturística da imagem do lobo. E aqui é muito simples de explicar. Há pessoas que a simples visualização do lobo no seu habitat natural é um valor brutal e estão dispostas a pagar para conseguir fazer um percurso do lobo, vê-lo no ambiente natural. O que nós pretendemos com isto é encarar esse problema que é a presença do lobo e o conflito e tentar potenciá-lo com recurso a atividades turísticas que possam gerar receitas. -----

Por último, a questão da sensibilização que é também uma questão de futuro, de preparar as gerações futuras. Não serviria de muito nós abordarmos a gestão atual com os proprietários dos rebanhos se nós não gerássemos nas crianças, um traço característico de tudo o que fazemos na Câmara, se não envolvêssemos as crianças da comunidade escolar que, daqui a 5 a 10 anos, no futuro, para elas isto já não seria um problema. E é essa questão de sensibilização que pretendemos, o maior conhecimento e sensibilização acerca do lobo, a importância dele no ecossistema, de criar um nível de coexistência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sustentável com atividades humanas através, claro, da redução do conflito e sobretudo, da perceção negativa que as pessoas têm do animal. -----

Não é difícil, se perguntarem a uma criança de dois anos e se lhe falarem do lobo, a resposta dela será necessariamente se se referem ao lobo mau. Esta perceção negativa que é muito pueril, muito infantil se calhar muito redutora, permite personificar bem a ideia que passamos às crianças desde o berço.--

Estas são as três áreas componentes que preparamos para o projeto. -----

Em termos de edificado, o projeto na globalidade tem um investimento total de cento e sessenta mil euros, financiado, e tem uma componente de edificação que é o Centro de Investigação de Castanheira. Podem passar por lá e ver o andamento da obra que prevê a criação de uma base de trabalho do CIBIO que está aqui representado ao mais alto nível, pelo professor Francisco Álvares que é o investigador que coordena esta equipa e coordenará o Centro Comunitário. O objetivo do Centro de Investigação de Castanheira, que não se chama centro do lobo, se repararem, é ser uma casa das pessoas, sobretudo das pessoas que tenham problemas com o lobo, ou seja, ele pretende ser um lugar, uma linha de apoio, pretende ser um espaço onde as pessoas possam recorrer e pedir ajuda e daí esta ideia de Centro Comunitário. Não estamos a falar de um espaço diretamente dedicado à proteção do lobo, mas de um espaço que, indiretamente, protege o lobo mas, sobretudo, as pessoas.

Quanto às ações do projeto, implicam apoio a proprietários lesados, implicam a sensibilização e esclarecimento e implicam a valorização do lobo e do seu habitat. -----

Relativamente aos proprietários pecuários, o essencial será o Centro de Investigação de Castanheira, que será uma infraestrutura de apoio aos proprietários, será aquilo de que há pouco falámos, uma linha de apoio, será um espaço habitado onde existirão pessoas a trabalhar para o atendimento a proprietários pecuários lesados. -----

A legislação em relação aos ataques mudou drasticamente em janeiro deste ano. Passou a ser obrigatório que o registo da declaração de ataques fosse feito por via informática. A questão que coloco, que mais pessoas colocaram e que o presidente colocou ao ICNF na reunião que tivemos, é simplesmente esta: como levamos uma pessoa que tem dez ovelhas, que nunca manuseou um computador, a participar um ataque ao ICNF? É impossível sem que exista apoio. O objetivo do centro é ser esse espaço, informar as pessoas sobre os requisitos de indemnização de ataques dos lobos. Por norma, quem vai fazer o levantamento dos ataques, são os vigilantes da natureza quem têm esse papel, informam no momento em que vão fazer essa verificação, o papel deles é verificar se existem indícios de ataques, não é informar as pessoas naquele contexto. Queremos é que as pessoas tenham acesso a essa informação de forma permanente.-----

Quanto às candidaturas ao PDR 2020, que são precisamente as candidaturas de que falávamos, para, entretanto, com as entidades parceiras, percebemos que existem financiamentos autónomos que podem ser submetidos para financiar a manutenção de cães de gado e a instalação de vedações. No fundo aquele espaço pretenderá ser um local para apoiar as pessoas a submeter essa candidatura, promover também o conhecimento e a investigação sobre o lobo, de forma a adequar as estratégias de minimização de conflito e, desse modo, este ponto significa que estamos a tentar obter informação de

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dados. As informações que a assembleia pediu formalmente, há cerca de um ano, através do grupo de trabalho do lobo e que, de certa forma, não nos foram dadas de forma clara, pretendemos com isto saber quantos ataques, quantos animais, qual é a informação em tempo real. A informação não tem um interesse de cariz maligno, nem é uma questão de controlo, mas uma questão de acompanhamento e de percebermos de como é que as coisas são. O objetivo é o de perceber qual é impacto da predação na atividade pecuária. -----

Ainda em relação aos proprietários, destaco a componente da edição do manual de boas práticas para os criadores nomeadamente com os métodos de proteção e as novas regras quantos aos direitos de compensação e falava da legislação que entrou em vigor em janeiro que muito honestamente muito poucas pessoas conhecem. -----

Quanto à aplicação das medidas de prevenção, a construção de cercas para confinamento de gado – aqui já existem alguns contactos com outras entidades parceiras, para que possamos discutir locais que sejam comunitários, comuns a pessoas que tenham mais gado e que as cercas possam servir de uma forma mais eficaz e proteger mais pessoas. O objetivo deles é de que não exista um único proprietário a ser beneficiado, mas sim a comunidade na globalidade. -----

No fundo é essa a intenção. E quanto aos cães de proteção, estamos a trabalhar na criação do banco de criadores. -----

Quanto à sensibilização e ao esclarecimento existem duas vertentes que gostava de destacar. A realização de documentário audiovisual. Incluímos neste projeto a realização do documentário audiovisual para documentar o conflito e para transmitir às pessoas, em poucos minutos, um documentário relativamente ao centro. -----

O que abordamos nas sessões comunitárias é para transmitirmos às pessoas o conflito que existiu desde sempre, para que as pessoas sintam, realmente, esse conflito. Também existe uma outra componente do projeto que é a documentação do próprio projeto, em documentário. É importante deixar um contributo quer seja do sucesso, quer seja do falhanço do projeto. É evidente que queremos o sucesso, mas queremos que esse contributo fique. Quanto às sessões de educação ambiental, disse no início, na parte da sensibilização, que a escola estava muito envolvida. O projeto prevê intervenção em dois anos, durante dois anos para que haja o registo de antes e depois, dos alunos, das atividades de educação ambiental e de saídas de campo no terreno com os alunos do 1º e 2º ciclos e do secundário. Já estão a ser incluídos estes conteúdos para o próximo ano e a criação do espetáculo participativo com a comunidade escolar que vai acontecer no segundo ano do projeto. -----

Ainda quanto à sensibilização do esclarecimento, destaco sessões de informação para a comunidade. Acho que se fizéssemos sessões de esclarecimento aqui no Salão Nobre, o universo de pessoas que íamos abranger seria muito diminuto, temos a experiência de quando o Prof. Doutor Francisco veio cá em 2014, fizemos uma sessão de esclarecimento no Centro Cultural e honestamente acho que não seríamos mais do que 40 pessoas. -----

A experiência que temos diz-nos o seguinte: se as sessões forem na sede do concelho, elas não funcionam, elas têm de ser no local. Tem de ser dito às pessoas aquilo que elas precisam de ouvir,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente os requisitos obrigatórios de indemnização em caso de ataque e divulgar as medidas de apoio à manutenção, de apoio dos cães de gado e cercas elétricas, que é aquilo que elas exatamente precisam para se protegerem. -----

Assim, como é que elas se protegem, como é que elas conseguem a compensação, se a proteção não for eficaz, porque também hão de acontecer situações desse género? A sensibilização e a educação para a ecologia e conservação do lobo, focando sempre a importância dos serviços de ecossistema que é prestado pelo carnívoro, são fundamentais. -----

Falando do equilíbrio, como se consegue a compensação? como carnívoro, o lobo tem presas naturais, como é óbvio, ele só ataca as presas naturais se aquelas que estão mais disponíveis, que são as ovelhas e as pequenas crias de gado, não forem devidamente protegidas. Portanto, se houver essa proteção ele vai ter um controlo mais efetivo dos restantes animais, falamos, por exemplo, da raposa.

Quanto à valorização do lobo e do habitat pretendemos valorizar e comercializar produtos que tenham origem no território do lobo, produtos, falamos por exemplo, descobrimos já no projeto com o CIBIO, que existem pessoas que fiam lã. O nosso objetivo será pegar um bocadinho na ideia do cidadão urbano, de quanto a proteção do lobo é algo glamoroso, e vender esses produtos que possam ser produzidos de uma forma distintiva, ou seja dizer às pessoas que comprem aqueles produtos produzidos em zona que existe predação do lobo, ou seja, com a compra daquele produto estão a estimular a proteção de um ecossistema. No fundo dizer-lhes que estão a ter uma atitude responsável no assunto. Além disso, a edição de materiais com iconografia associada ao lobo, sempre feita por artistas locais. Existe ainda uma componente de aproveitamento cinegético e de ações de reflorestação, uma delas, por exemplo, relacionada com o curso. Já várias associações de caça manifestaram a intenção, ou a boa vontade, de colaborar com a reintrodução do curso como presa natural do lobo, mas também como peça cinegética e no fundo ao fazermos isso também estamos a focar a atenção do lobo para alimentar-se no curso e deixar de ter essa atenção nas ovelhas e nas crias de gado. -----

As ações de reflorestação são também financiadas. É uma proposta que vamos tentar que se efetive, porque ao fazermos ações de florestação estamos a criar o ecossistema, de que no fundo o lobo beneficia. -----

O controlo e a recolha de cães assilvestrados está dimensionada como uma medida possível, porque muitas vezes os ataques que são tidos como do lobo, na realidade, são de cães vadios, assilvestrados que acabam por atacar e matar. -----

Quanto à iconografia, há uma imagem que sintetiza a ideia do projeto. Conheci-a no decurso de um projeto que é da ilustradora Margarete Barbosa, é uma imagem feita para ilustração de um livro que está editado, e que, no fundo, sintetiza bem tudo aquilo que é o conflito do lobo e sintetiza bem o que nós pretendemos, muitas das vezes dentro de um conflito nós estamos tão focados no nosso próprio problema que não visualizamos a solução, portanto podemos estar a um passo dela e não a conseguimos visualizar, não a conseguimos encontrar e é isso que a imagem diz. Pelo nosso lado o projeto não é uma realidade fechada. A apresentação aqui, hoje, visa submetê-lo à discussão e obter

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contributos, ideias e sobretudo que seja algo de todos, que seja algo em que toda a gente se sinta envolvida e que não ache que foi algo imposto, foi algo natural que surgiu. -----

Agora, se me perguntarem se eu tenho a certeza que o projeto vai ser um sucesso, digo sinceramente que não tenho a certeza disso e que não tenho a certeza de quase nada e que, decerto, vocês também não devem ter, mas penso que o projeto vai resultar se todas as pessoas se envolverem. -----

Penso, ainda, que esse sucesso depende de toda a comunidade, não depende de mim exclusivamente, mas depende de vocês também e isso para mim é essencial. Portanto, não existe para mim um só lado a escolher, seja o do lobo ou o do Homem, existe, sim os lados da solução e do problema. Não tenho dúvidas, de que cada um de vós está do lado da comunidade e que pretendem, como nós, ficar do lado solução e não do lado do problema. -----

Francisco Álvares (técnico do CIBIO): sou investigador, sou biólogo não tenho nada a ver com o ICNF e isso acho que é bom reforçar porque, infelizmente, de o ICNF ser a autoridade máxima para a conservação da natureza, é uma instituição com bastante peso e pouco orçamento, o que faz com que não tenha muito poder no terreno, o que dificulta quer as populações locais quer os investigadores. Trabalho há cerca de vinte anos no conflito, não tanto nas espécies de predadores, dos lobos, mas no conflito que gera com as pessoas. Como podemos conviver com estes animais a quem ninguém fica indiferente, a um grande predador? Um leão ou um tigre, um lobo ou um urso, o que posso dizer é que é um problema em todo o mundo não apenas em Paredes de Coura. Em todo o mundo há estes conflitos: em África com leões, na Índia com os tigres, é muito difícil conseguir conviver com eles, porque tal como o vereador Tiago disse, e muito bem, normalmente as pessoas veem como problema o predador e as pessoas, e ter de escolher entre uns e outros torna-se difícil. Efetivamente, acho que tem toda a razão quando diz que devemos é ver que há um problema e há uma solução e toda a gente gosta de ver leões e tigres, desde que seja na Índia e em África. E aqui toda a gente, de certeza, gosta de ver lobos, desde que não seja em Paredes de Coura. Por isso, vamos tentar que um território tão bem conservado como este onde ainda há alguma atividade pecuária de excelência, há uma paisagem que cada vez mais e com a sorte que tiveram com os incêndios deste ano vai ficar como uma pérola do Minho e do noroeste de Portugal. Uma mancha verde que não é a floresta exótica de eucaliptos que devemos reduzir, mas de carvalhal e toda essa paisagem de lameiros, de prado, de gado que é a paisagem do lobo, é a paisagem onde o lobo pode coexistir e é um dos poucos sítios onde ele pode coexistir em Portugal. Este projeto pretende tudo isso, pretende procurar mesmo a solução onde muitas pessoas veem um problema e sem dúvida essa solução não passa pelo ICNF não passa pelos investigadores, mas passa pelo poder local e passa por uma Assembleia Municipal, por isso é que é um prazer estar aqui. -----

Ricardo Marinho (PPD/PSD): como pedem ideias e contributos para este projeto, idealmente seria bom colocar o projeto a discussão pública. Criar uma plataforma para que as pessoas, anonimamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ou não, possam contribuir e não encerrar de imediato para que as pessoas possam refletir e para que o projeto possa avançar. -----

Como segunda sugestão, este projeto, para mim é extremamente interessante, penso que faz todo o sentido, mas do ponto de vista dos nossos agricultores e não estou aqui a defender ninguém, gosto muito do lobo, mas do ponto de vista dos criadores isto ainda se vai traduzir em dinheiro, em apoios reais, a verdade é essa. A minha dúvida é, sabendo todos que o impacto que o lobo tem na paisagem, se não seria possível através do Plano de Paisagem, que está a decorrer, chegar a apoios comunitários e apoios financeiros para proteger a paisagem e usar este motivo para conseguir dinheiro para os nossos agricultores de forma a motivá-los. Não estou a dizer patrocinar em exclusivo a criação de gado, através disto, nem ninguém ganhar dinheiro com isto, mas as pessoas, pelo menos, não terem prejuízo. -----

Presidente da Câmara: aproveito a pertinência da intervenção do Ricardo Marinho para informar que na quinta-feira vamos apresentar, pela primeira vez, um projeto que tem a ver com uma ideia nova, que para muitos poderá ser uma utopia e que se chama serviços de ecossistema ou pagamentos por serviços ambientais. Ou seja, até o capitalismo mais severo deve compreender que a poluição é um mau negócio. Nós que pensamos que estamos isolados num mundo, onde não acontece nada, onde raramente acontecem catástrofes, que temos um clima moderado e que parece que nada nos afeta, que estamos numa redoma que nos protege de quase todos os ataques exteriores ou de todas as ameaças, mas o que está a acontecer é que, pela primeira vez na história da humanidade, seja nos relatórios internacionais, seja nas convenções mundiais do clima, seja na ONU, as pessoas perceberam que a preservação da biodiversidade e a conservação da natureza têm de ser pautadas por um equilíbrio e, naturalmente, que este património e riqueza têm de ser pagos e compensados. -- Quando dizemos que a Amazônia é a floresta ou o pulmão do mundo, as pessoas que lá vivem não podem tirar qualquer tipo de dividendo, ou qualquer tipo de lucro. Assim, estes pagamentos por serviços ambientais, ou serviços de ecossistema permitem, para já, compreender que as pessoas são sempre as pessoas e a paisagem não é um presépio nem algo de imaculado e que tem de haver um equilíbrio entre os interesses económicos, os interesses individuais e o interesse da paisagem, até para aliviar a pressão da exploração económica. Vai acontecer que as pessoas, que tiverem paisagem a preservar, estão a contribuir para um património que é de todos, bem como para um património que é de todos e as pessoas têm de ser compensadas. -----

E como é que isso vai ser compensado. Imaginem que se avalia a Área Protegida do Corno de Bico, os instrumentos e a metodologia de medição ou de quantificação de quanto vale este património se estão a tecer cada vez mais objetivos e cada vez mais centros, mais rigorosos e a partir do momento que nós conseguirmos atribuir um valor e quando falo em valor, não estou a falar de um valor sentimental, estou a falar de um valor monetário, de um valor financeiro, a partir daí, esse património será transformado em unidades de crédito, essas unidades de crédito, não vou dizer que vai ser uma bitcoin, mas vai ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma unidade que vai ter um valor, esse valor vai estar sujeito a um mercado e à lei da oferta e da procura. -----

As empresas, cada vez mais, vão ter constrangimentos ao desenvolvimento que não respeitar a preservação da biodiversidade e a conservação da natureza. De certo modo, as empresas vão ser obrigadas, como já são, no caso dos créditos de carbono, a financiar a preservação, ou seja, as empresas têm um impacto e para reduzir esse impacto têm de financiar um fundo ambiental que vai servir para utilizar na conservação e a quem vive nesses territórios, para financiamento da reflorestação, mesmo nos casos de incêndios de dimensões gigantescas. -----

Quando as pessoas começarem a ser compensadas financeiramente pela preservação da natureza e pela conservação da biodiversidade, os resultados serão visíveis. Imaginem que estamos a exigir muitas vezes um esforço das pessoas. -----

Imaginem que eu tenho um bosque de carvalhos bonitos, os produtores florestais vão ter que ter uma compensação é que uma árvore ao alto vale muito mais do que uma árvore caída. Obviamente que tem de haver aqui um equilíbrio, tem que haver, obviamente, abate de árvores, mas isso sempre feito com equilíbrio e as pessoas vão ser compensadas. -----

Vocês perguntam: quem é que vai pagar isso? É um sistema financeiro bastante complexo, que nós vamos fazer esse esforço para que as pessoas percebam, mas o futuro vai ser isso. -----

E o que estamos a falar é no próprio território, as pessoas que vivem no território do lobo devem olhar o lobo como uma riqueza, um valor ambiental. Não é só o problema de terem e protegerem as ovelhas é a vantagem de serem compensadas por isso, não só por uma questão de sobrevivência, mas é também por uma questão de oportunidades de negócio. A preservação da biodiversidade, a conservação da natureza, os territórios que tiverem uma política nestas áreas e tiverem essa preocupação, e Coura tem esta preocupação, podem ter a certeza que no futuro vamos ter uma riqueza inestimável. Durante muito tempo olhámos para a paisagem, para o património rural, que eram vistos como sinal de pobreza, sintoma de subdesenvolvimento, hoje, o que está a acontecer, e muitas vezes não são só os autóctones que têm esta consciência, mas são as pessoas de fora que o dizem, é esta cultura que nós temos que começa a ser espalhada na escola, que temos que convencer as pessoas a atribuírem atribuem importância à conservação da natureza e à biodiversidade, porque vamos ser compensados por isto, compensados por estes instrumentos através do pagamento de serviços ambientais no turismo, numa série de atividades. E isto não é olhar para a paisagem como um presépio, como algo de imaculado, em algumas partes, sim, noutras partes regulando a atividade humana e os interesses individuais com o interesse coletivo, que é a natureza, que é o património ambiental e que é a biodiversidade. Por isso, convido-vos para na próxima quinta-feira dia 22 de fevereiro, para a inauguração da sede de um projeto com uma associação brasileira. É um caso único no país, obviamente que de início as pessoas vão estranhar, podem até pensar que isto é um devaneio, mas é uma coisa em que nós acreditamos, e também há outra coisa, quem sente para onde caminha o futuro vais dez passos à frente e Paredes de Coura, nisso está a caminhar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu também penso que não é só uma questão das pessoas que têm mais formação ou quando têm mais sensibilidade para estes temas, as pessoas percebem a valorização da paisagem e depois também há outra coisa é uma coisa que não percebo nem que seja de uma forma egoísta, nós podemos imaginem, eucaliptos o concelho todo, como temos algumas regiões do centro e depois quem é que quer ir lá, quem é que nos quer visitar, uma paisagem de monocultura que não traz memórias, que não traz o prazer de deleite de observação e é isso que temos de preservar, agora, obviamente que temos de fazer as coisas com equilíbrio. -----

Ainda hoje vi um senhor a cortar carvalhos e não arrasou tudo, cortou dois deixou o resto, eventualmente vai plantar outros. Nós temos que deixar que as pessoas tirem proveito e rentabilidade económica da paisagem, mas de forma equilibrada e acreditem que isto não é um discurso utópico, completamente descabido, mas um discurso de futuro, estratégico até. Daqui a alguns anos já verificamos se valorizamos aquilo que temos de próprio, que nos identifica. Mesmo quando, há bocado, na apresentação da proposta sobre o lobo, até do próprio aproveitamento que se fizer em termos de merchandising e da própria imagem mítica do lobo. Esses proventos, ou o dinheiro que daí advier pode gerar um fundo para ajudar os agricultores e os criadores lesados. Por isso, é que eu faço essa sensibilização. Vão receber o convite a apareçam para começar a perceber este caminho que é o caminho do futuro, da natureza biodiversidade e ter património ambiental, acreditem nisto. Isto vai ser mais rico do que o petróleo. -----

Francisco Álvares, técnico do CIBIO: respondendo a Ricardo Marinho, disse que, para além dos benefícios e da perspetiva de que o presidente enumerou, considera que este projeto vai ter esta visão turística e inovadora. Há muitos anos que anda nestas lides e é a primeira vez que vê interesse e procura de uma solução, por parte de um município. -----

Entrou em vigor, no início deste ano, nova legislação que vai criar muitos problemas aos proprietários pecuários e, conseqüentemente, ao lobo, porque os proprietários pecuários, sentindo-se injustiçados e prejudicados, poderão provocar casos de mortalidade. Tentando prever isso, este projeto ou esta linha de apoio vai tentar dar informação em tempo real. Uma das maiores queixas que os proprietários apresentam, quando têm um ataque, por exemplo, a uma sexta-feira ou num fim de semana, e porque só no primeiro dia útil e se for, porque com os recentes cortes orçamentais, eles têm grandes dificuldades de deslocação e chegam a dois, três, quatro dias para fazer a vistoria. Entretanto os vestígios do animal desapareceram ou já foram todos comidos e não restam vestígios para poder declarar o ataque. -----

Este projeto vai, de certa forma, agilizar esse processo, dar apoio aos proprietários para poderem fazer o pedido de indemnização e a declaração do ataque em tempo real. Além disso, vai dar também apoio nas candidaturas que atualmente existem de apoio financeiro para se poder ter cães de gado e cercas elétricas e tudo na ótica desta nova legislação, de criar uma maior responsabilização à produção pecuária. É um facto que a produção pecuária, durante vários anos, não tem sido tão profissionalizada no sentido de garantir aquilo que tradicionalmente sempre se fez. Sempre foi a figura associada de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pastor e de cão e toda a gente que pensa num rebanho tradicional, sempre pensa no pastor e vários cães. Essa imagem está a desaparecer, é quase tão rara como o lobo e esse aí é que é o problema. Há décadas atrás havia muito mais lobos do que agora, muito mais rebanhos e havia menos ataques. Era raro acontecer um ataque. Sempre estava gente com o gado. Essa é a nova política que entrou em vigor no início deste ano e de que os proprietários vão necessitar de muito apoio e muita informação, de quais são as melhores medidas de prevenção dos ataques, para quando o ICN e o Estado possam considerar o direito à indemnização e só nessa componente, que acredita já ser uma ajuda direta que nos próximos tempos vai-se revelar muito útil, muito pioneira e não tem dúvidas que este projeto, a iniciar-se em Paredes de Coura, aliás isso também traduzido na reunião tida com o ICNF de apresentação do projeto, de que este possa ser um projeto piloto para replicar nos outros sítios do país porque o ICN não dá resposta. Os ataques de lobos ao gado vão continuar a existir e alguém vai ter que apoiar, alguém vai ter de fazer esse fio condutor e sem dúvida, que a autarquia pode fazer isso e o projeto permite fazê-lo. Além de, em sede de projeto, também pretende, pontualmente, dar prémios monetários ou algum tipo de bonificações a proprietários exemplares, proprietários que protejam bem os seus animais e que vivam, por exemplo, em freguesias onde até ocorrem muitos ataques de lobo e isso pode ser feito, por exemplo, no caso de melhoria das zonas de pastoreio, bonificações candidaturas. -----

Presidente da Assembleia: O grupo de trabalho, que tem elementos de todos os partidos políticos representados nesta Assembleia, reunirá antes da sessão da Assembleia Municipal de abril para dialogar e analisar o que as pessoas sentem em relação ao lobo e possíveis soluções. -----

Presidente da Câmara: agradeceu a presença do Professor Francisco. Reforçou a posição do vereador Tiago no sentido de não se esperar por soluções milagrosas, pediu para estarem unidos e não tentar tirar dividendos políticos, porque o assunto é sério e importante para o concelho, para a natureza, para o lobo e para o homem e até para o futuro do concelho como território responsável que preserva a biodiversidade. -----

Acredita que, mesmo não resolvendo totalmente o problema, possam, pelo menos, acabar com alguns deles que são causados pelos lobos, aguardando o contributo de todos. -----

= LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA =

Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2017. -----

A proposta de ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, depois de submetida à votação foi aprovada, por unanimidade. -----

= APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES =

Representantes das Comissões: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Perfeita Esteves, na qualidade de representante da Assembleia Municipal na Comissão Proteção Crianças e Jovens (CPCJ), informou da reunião da comissão alargada e restrita da CPCJ. Na alargada programaram as atividades a realizar durante o ano de 2018 e na restrita fizeram o acompanhamento de projetos. Informou ainda que transitaram do ano de 2017, 18 processos e que até à presente data, e já em 2018, foram abertos dois novos processos. -----

Presidente da Assembleia: informou que foi contactado, antes da reunião, no sentido de pedir aos senhores presidentes de junta de freguesia que ainda não tenham coletes da proteção civil, para se dirigirem a Manuel Lopes Fernandes, presidente da Junta da freguesia de Cunha, que se encarregará de os solicitar. -----

Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções. -----

Pelo Partido Socialista (PS), e subscrito por todos os membros da Assembleia foi apresentado:-----

Um voto de pesar pelo falecimento de Vítor Azevedo Soares, membro da Assembleia Municipal de Paredes de Coura, nos mandatos de 1993/1997 e 1997/2001, eleito pelas listas do CDS-PP. -----

Posto à votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade.-----

Foi guardado um minuto de silêncio. -----

Por Ricardo Marinho (PPD/PSD) foi apresentado:-----

“Proponho um voto de louvor aos funcionários municipais Leandro Pereira e Mário Pedro Sousa, pelo trabalho fantástico feito na divulgação e no combate à vespa asiática. Por conhecimento próprio sei que têm dado muito da sua vida pessoal arriscando-se a ouvir coisas que não correspondem à realidade e não baixaram os braços. Continuam a ensinar a trabalhar e a proteger. Quando as pessoas merecem devem ser reconhecidos e neste caso são dois funcionários que se têm destacado nesta área e merecem uma palavra de reconhecimento pelo que têm feito em prol do concelho. -----

Presidente da Câmara: só queria acrescentar que, de facto, o trabalho deles tem sido fantástico e maravilhoso, com extremo zelo, mas o trabalho de coordenação do vereador Tiago, que não precisa de integrar o voto, tem sido fundamental. E é aquilo que defendo muitas vezes, os trabalhadores da Câmara são poucos, temos consciência disso e isto serve também para termos uma imagem do poder local, quando as pessoas querem e têm brio profissional como é o caso dos funcionários Leandro e Pedro. Naturalmente que o membro Ricardo fez muito bem lembrá-los porque a gratidão é mais do que merecida. -----

Posto à votação, o voto de louvor foi aprovado, por unanimidade. -----

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ponto n.º 3 – Interpelações ao Presidente da Câmara Municipal.

João Cunha: o voto de louvor aos funcionários municipais é mais do que merecido. Pensa que devem continuar a dar todos os meios necessários para que essa luta seja efetiva e constante, porque o problema é sério, grave e prejudica-nos a todos. -----

Associado à vespa asiática, há o problema da vespa da galha do castanheiro. E perguntou: qual o plano de ação e o que vai ser feito relativamente a esse problema? Há dois ou três meios de luta, o método químico, com produtos que sejam certificados e homologados; a luta cultural através da remoção das partes atingidas; e a luta biológica através do torymos, que é um predador dos ovos da vespa e que se torna um auxiliar na agricultura. Cada largada ronda os 250€. Vem de Itália onde precisamente surgiu este problema e relativamente a isso também gostava de saber o que a Câmara pretende fazer. -----

Gostou do projeto do lobo que foi apresentado e entendeu que nas ações de divulgação aproveitassem esse mesmo público e esses locais para fazerem chegar outro tipo de informação que é pertinente, e esta é uma delas porque é através deste tipo de prevenção que se consegue, pelo menos, mitigar o problema. -----

Outro assunto que referiu e que já o havia proposto há cerca de dez anos, foi o programa bibliocafés. Viu-o pela primeira vez em Santarém e houve outras câmaras que adotaram o modelo. É importante fomentar a leitura nos mais jovens e em vez de serem eles a irem à biblioteca, por que não terem à disposição em alguns locais, em vários cafés, uns 10,15,20 livros, jornais e revistas e que funcionariam num programa de rotatividade bimensal. -----

A requisição dos mesmos para os levarem para casa teria de ser pensada, com a colaboração do dono do estabelecimento ou, caso contrário, os interessados dirigirem-se à Biblioteca Municipal. Isto com a colaboração da Fundação Calouste Gulbenkian que apoia com esse tipo de materiais. -----

Presidente da Câmara: achou boa ideia a proposta dos bibliocafés. O facto de a trazerem à Assembleia é um grande contributo e uma boa sugestão. Tudo o que seja feito em prol da cultura não tem partido e pode-se tentar implementar. -----

Em relação ao assunto da vespa da galha do castanheiro, já o membro desta Assembleia, no mandato anterior, João Paulo Alves tinha abordado o assunto. O Município já tem um protocolo assinado, mas o vereador Tiago pode dar informação mais detalhada sobre o assunto. -----

Vereador Tiago Cunha: agradeceu a referência e o reconhecimento que lhe fez o presidente, sobre a vespa asiática, mas que passaria muito bem sem ela. De facto, os funcionários têm feito um trabalho muito bom e é muito importante, que se diga, que o reconhecimento passe pela assembleia, porque anteriormente houve referências ao trabalho feito sobre a vespa que não foram justas. -----

O trabalho de combate à vespa, por mais supérfluo e estranho que possa parecer para a maioria das pessoas, é um trabalho de fundo que vai demorar muitos anos a conseguir-se resultados do controlo. E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobretudo se trabalharem na armadilhagem, que é aquilo que também tem sido feito pelo Leandro e pelo Mário Pedro, nos últimos tempos. E é essa a aposta que vão tentar perceber, a implicação positiva que isso pode ter nos próximos tempos. É discutível sempre, de facto, mas vai ser um trabalho de futuro.-----

Em relação à vespa da galha do castanheiro é outro problema e é outra preocupação. A Câmara é aderente da REFCAST (Associação Portuguesa da Castanha) – com um protocolo de controlo da vespa da galha do castanheiro, desde a primeira hora, desde que receberam a primeira comunicação. Numa primeira fase a REFCAST, através do Professor Laranjeiro, com quem falaram pessoalmente, disse que naquela primeira fase, atendendo ao número de ocorrências, não se justificava ainda, uma libertação do agente biótico, no entanto ficaram de equacioná-la novamente este ano, e já receberam nota de que seria necessário. A Câmara, desde o primeiro momento, decidiu suportar inteiramente esses custos que seriam de cerca de 250€ por largada e essa largada seria feita por técnicos. Têm a estimativa de que talvez cinco a seis largadas sejam quase absolutamente imprescindíveis pelo menos em locais a indicar. -----

Celina Sousa (PCP/PEV): foi muito agradável ouvir o senhor presidente da Câmara falar sobre biodiversidade e conservação da natureza porque é um assunto que me é bastante caro. Para mim, o desenvolvimento sustentável nunca foi utópico nem nunca o será, por isso gostava de questionar o senhor presidente sobre a forma como está a ser feita a fiscalização do rio e como é feita a monitorização da qualidade de água, por informações sistemáticas, durante o inverno, de terem sido feitas descargas ilegais num dos efluentes, na zona da vila. Gostava ainda de saber como é que se procede para fazer uma queixa, como é que lhe é dado seguimento e como é que a Câmara atua, considerando que essas descargas têm levado à contaminação de terrenos agrícolas, de animais, de toda a vida fluvial. Assim, gostava de saber que medidas estão a ser tomadas e que diligências é que são feitas para encontrar os responsáveis destes crimes ambientais salientando que estas descargas não são provenientes da agricultura. -----

Presidente da Câmara: de facto, há várias queixas sobretudo, o que é comum e depois até se torna mediático, na altura do festival. Obviamente são feitas recolhas ordinárias e algumas delas por entidades externas. Não parece ser preciso fazer nenhuma comissão, mas, em vez de nos limitarmos ao cumprimento da legalidade, é importante que na próxima Assembleia se dê informação detalhada sobre o assunto. As perguntas são extremamente pertinentes e é importante ter um diagnóstico completo e, naturalmente, arranjar outros mecanismos de controlo, porque as queixas orais, muitas vezes, precisam de documentação ou de provas. É importante unir esforços no sentido de fazer o melhor pelo nosso rio, quer do ponto de vista turístico, agora com os percursos dos “Meandros de Coura”, quer pela sua preservação. -----

Celina Sousa (PCP/PEV): as queixas são do próprio pai. -----

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara: não teve informação, e não sabe se chegou aos serviços municipais. Obviamente, se chegou aos serviços municipais deveria ter sido informado. -----

Muitas vezes também falam no SEPNA e a Câmara Municipal também se pode refugiar no SEPNA, mas a Câmara também pode ser o veículo de comunicação e de diálogo com o SEPNA. Não é sacudir a água do capote, porque o território é nosso e se não formos nós a defendê-lo de uma forma intransigente e cuidada, ninguém o fará. Uma Câmara não é onipotente e não consegue fazer tudo, mas pensa que se pode fazer muito mais nesta área e agradeceu essa sensibilização e essa preocupação porque estão cá, também, para trabalhar em conjunto. -----

Manuel Monteiro (PS): apresentou duas notas: de reconhecimento de que o membro eleito pelo PCP/PEV, de facto, não tem o exclusivo da defesa da natureza e as palavras do senhor presidente relativamente aos projetos que têm em mãos e de que todos devem ser parte e partícipes, vem naturalmente ao encontro daquilo que é participação e o lema do PCP/PEV mas é também, diga-se, uma imagem de marca que querem desenvolver, que querem subscrever e que querem integrar. A segunda nota é para dizer que o senhor presidente, e é o reconhecimento que o grupo municipal e esta Assembleia lhe deve fazer, teve a hombridade de dizer que vai fazer uma informação relativamente a uma matéria que é de todo central ao desenvolvimento sustentável do concelho. -----

De facto, tinha estranhado que tenham falado da paisagem, haja grandes preocupações com a paisagem e tenham esquecido o rio. O rio moldou a paisagem de Paredes de Coura. A bacia hidrográfica do Coura é, diga-se, o concelho de Paredes de Coura. Tudo o que é vegetação tudo que é ecossistema está moldado por este rio. E este rio tem sido, se calhar e a membro da Assembleia que interveio anteriormente disse-o de forma clara e o senhor presidente reconheceu-o, nem sempre têm conhecimento das agressões que este rio vem tendo. Agressões muitas vezes intencionais porque as pessoas querem livrar-se de alguns componentes da sua atividade e outras, e muitas vezes, agressões, que lhe temos feito de forma menos consciente, referindo o uso de pesticidas, sejam herbicidas sejam adubos químicos, que, naturalmente, vão contaminar os lençóis freáticos e vão contaminar as águas do rio Coura. Portanto, gostaria, em nome do grupo municipal, dizer que também ficam sensibilizados por essas preocupações que o presidente aqui demonstrou e que ficarão muito agradados com a informação e que possam vir a trabalhar na sequência daquilo que se comprometeu nesta assembleia. -----

João Cunha (PPD/PSD): gosto de ouvir e todos somos sensíveis à problemática da poluição ambiental todos nós somos muito sensíveis relativamente ao Plano de Paisagem, todos nós somos sensíveis aos ecossistemas. Agora, para o problema do rio, estou-me a dirigir ao Sr. Presidente e aos senhores vereadores, que dois ou três funcionários da Câmara Municipal têm os problemas sinalizados. Por acaso, fiquei espantado quando me disse que não tinha conhecimento. Também estranho que durante quatro anos ainda não tenha sido feito isso. Se ninguém alertasse para o problema, só daqui a um ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois anos. O líder da bancada do Partido Socialista quando fala de herbicida, assistimos todos os anos a isto, claro que deve ser a Câmara. É muito bonito dizermos a paisagem é muito importante, o meio ambiente é muito importante, mas todos os anos, o controlo de infestantes é feito com recurso a *glifosatos*, substância ativa muito conotada com o cancro. É um lóbi a nível europeu porque já foi pensado várias vezes na sua proibição, mas como é um lóbi vai continuar. Cabe-nos a nós encontrar soluções deste controlo de infestantes, por acaso e estou-me a recordar de outra situação e eu falei, pessoalmente, até com o Sr. Presidente da Câmara que foi sensível e gostei da sua atitude relativamente ao controlo do pulgão das tília, com recurso ao inseticida. Isso é de louvar. Espero que sejamos muito mais sensíveis, se nós queremos preservar o meio ambiente, se queremos valorizar todo esse património deve ser a Câmara Municipal a dar o exemplo. Volto a dizer, esses problemas estão sinalizados. Falei e achei curioso dizer-me que isso acontece normalmente por altura do festival. Foi no festival que foram distribuídos milhares de lanternas e que as pilhas ficaram impregnadas no terreno e no rio. Foi na altura do festival que por acidente houve uma descarga de gasóleo, e estamos a falar de muitos litros de gasóleo, e que era uma situação que podia ter sido evitada. -----
Também quero dizê-lo aqui, gostei da atitude, pelo menos, quando no passado acontecia, o bode expiatório do problema da poluição no rio Coura era sempre das vacarias. Não é de todo, os agricultores têm muito cuidado. Há uma legislação que eles têm cumprido. Nós temos é de sinalizar os vários focos de poluição e eu sei de alguns, mas não me cabe estar a fazer qualquer tipo de denúncia. Eu sei que na Câmara Municipal há funcionários que os têm sinalizado.-----
Já agora, aproveitava para pedir ao senhor presidente dados relativamente às receitas e despesas dos parques subterrâneos. -----

Presidente da Câmara: estou aqui para dar todo o tipo de informação que merecem. É uma obrigação própria da Câmara. -----

Quanto a monitorizar e fiscalizar, entendo que é função da Câmara Municipal, mas também do Manuel, do Vítor e do António, que são cidadãos. A Câmara tem de assumir a responsabilidade e, obviamente, tem de aplicar a lei. Agora, não penso que devamos diabolizar o tema, pelo contrário, temos a responsabilidade de fazer uma fiscalização atenta e fazê-la de forma progressiva. -----

Assumo essa responsabilidade enquanto Presidente da Câmara e enquanto Vítor Paulo e o que procurarei fazer é monitorizar, fazer uma averiguação justa, porque também não podemos caluniar as pessoas nem diabolizar determinados grupos económicos ou determinadas pessoas. Se, de facto, existirem provas cabais e objetivas e não apenas boatos ou rumores, a Câmara deverá atuar. -----

Em relação ao relatório dos parques subterrâneos, como deve calcular não são dados que tenha presentes, mas na próxima Assembleia Municipal posso-lhe fazer chegar toda essa informação detalhada que até pode ser importante para os outros membros da Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ORDEM DO DIA =

= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), n.º 2, art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ricardo Marinho (PPD/PSD): tem havido muito mediatismo à volta da questão da limpeza dos terrenos. Estamos a menos de um mês do prazo obrigatório para os proprietários limparem os terrenos. A partir do dia 15 de março as câmaras vão ter de se substituir, quer às autoridades, quer aos proprietários, no aspeto de terem de denunciar as situações. Têm de fazer o levantamento e denunciar as situações para que os proprietários possam ser multados e têm até 31 de maio para limparem esses terrenos. A Câmara Municipal, caso não o faça, está sujeita ao corte de vinte por cento dos duodécimos do Fundo de Equilíbrio Financeiro que, nas transferências para Paredes de Coura, ronda um milhão e trezentos mil euros. -----

Pergunto: porque é que em Coura, à semelhança do que se fez em muitos concelhos, não houve uma atenção da Câmara neste assunto, a tentar divulgar e falar com as pessoas, pelo menos, eu não me apercebi e não vi nada que levasse nesse sentido. -----

Pergunto ainda: como é que a Câmara vai atuar. Como é que vai fazer? Se tem meios para limpar. Se vai ter de acabar por denunciar os courenses e os proprietários courenses. -----

O segundo ponto tem a ver com a transferência da ETAR das mãos da Águas do Norte para uma empresa privada, a EFACEC. Isto coloca-me algumas questões, nomeadamente à qualidade das águas, quem é que vai fiscalizar e se vai haver subida de preços e dos custos do saneamento para os courenses.-----

Presidente da Câmara: em relação aos fogos, vão fazer aquilo que está determinado por lei. -----

Obviamente que há pressão governamental e, nesta altura, também não haverá outra forma. -----

Estão a preparar e já fizeram chegar aos presidentes das juntas a calendarização de sessões de esclarecimento. Vão ser mais uma vez exemplo, pela campanha de sensibilização e reuniões que estão a fazer com as juntas, porque ainda há muita confusão e falta de informação. Obviamente que a Câmara assumirá as suas responsabilidades e alguns privados acabarão também por assumir as suas. Existe a ideia de que, se ninguém fizer nada, a Câmara tem de fazer tudo. Isso não é possível do ponto de vista humano. -----

Vão fazer o que é humanamente possível, vão ter rigor. Com os senhores presidentes de junta, vão identificar as zonas de maior perigosidade, sejam aquelas que estão circunscritas ou que são propriedade privada, sejam aquelas que são competência da Câmara Municipal. Na rede primária já têm, no âmbito do POSEUR, feito um esforço notável com os senhores presidentes de junta. Tem notado que pessoas não estão muito esclarecidas, porque desconhecem as distâncias de gestão da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vegetação. Há um conjunto de informação que já estão a preparar em diversos suportes de divulgação e vão fazer sessões de esclarecimento nas juntas; trabalhar com os presidentes de junta e trabalhar, também, no terreno. Se toda a gente fizer a limpeza ao mesmo tempo, duvida que existam empresas capazes de responder a esse desafio. Mas vão tentar fazer tudo que seja possível do ponto de vista humano e precaver, sobretudo, as situações que constituem maior perigo para as populações. Pensa que, se fizerem trabalho o trabalho que lhes compete e fizerem tudo o que é humanamente possível, não há governo, nem entidade alguma, que os possa penalizar com as transferências de verbas. -----

Nesta altura, o que devem fazer é, obviamente, um trabalho de sensibilização, que já está a ser feito e depois, naturalmente, ir para o terreno e com as juntas e escolher as melhores estratégias e, obviamente, informar também os privados das suas responsabilidades. -----

Inicialmente houve um problema de comunicação, ficaram com a ideia de que se falhasse tudo as câmaras municipais apareciam como salvadoras da pátria. Não devem acreditar nisso. -----

Em relação à transferência das águas e saneamento, a EFACEC nem faz gestão de água e estou a falar da forma mais transparente possível. A água seria uma decisão tão importante que passaria por este fórum. Está em análise a constituição de uma empresa intermunicipal, que é uma associação de várias câmaras municipais, para formarem uma empresa pública de gestão das águas e de saneamento e obviamente a tendência dos preços seria de aproximação aos tarifários de Viana do Castelo, com um período longo de atualização. -----

A Câmara Municipal de Paredes de Coura tem sido muito zelosa e ciosa e não tem quaisquer problemas. Temos tido várias reuniões e não vamos aderir de qualquer forma. Vamos defender os interesses de Paredes de Coura de forma intransigente, até porque Paredes de Coura, no caso das águas e do saneamento, está muito bem servido relativamente a alguns concelhos vizinhos. Este é um assunto tão importante que nenhuma decisão será tomada sem vir aqui à Assembleia Municipal, não só por uma questão política, mas também por uma questão de documentação, dado que todo o enquadramento legal passa pela Assembleia. Portanto, o único boato que pode existir é a renitência de Paredes de Coura em fazer parte de qualquer das sociedades propostas, quer seja com as Águas de Portugal, quer seja uma sociedade de gestão intermunicipal. -----

Obviamente há grupos de trabalho que estão no terreno, há vários estudos e estamos longe de uma decisão final. Apesar da pressão de que a sociedade tem de ser constituída brevemente e da informação de que, quem não aderir, não poder candidatar-se a fundos comunitários, trata-se de uma decisão muito delicada e todos serão informados detalhadamente. Será uma decisão coletiva e bem pensada. Agora, quanto à EFACEC e sobre o aumento de preços, não há dados concretos. -----

Ricardo Marinho (PPD/PSD): questionou sobre o tratamento de águas passar para a EFACEC. -----

Presidente da Câmara: é uma situação que devemos ponderar. Falam de um contrato. Primeiro era um contrato a cinquenta anos que é uma coisa completamente descabida, ninguém sabe o valor da água, nem daqui a vinte, quanto mais daqui a cinquenta anos. Depois chegaram à conclusão que era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proibido fazer concessões a cinquenta anos, mas estamos a falar de uma concessão a 30 anos e, obviamente, eles não ficam com as infraestruturas, ficam com a gestão das infraestruturas, gerem a concessão durante trinta anos, tiram rentabilidade económica e financeira durante trinta anos e ao fim desse período devolvem as infraestruturas todas danificadas. É uma decisão de grande responsabilidade. Não estamos a falar de alienação, mas de uma concessão que não é privatização apesar de alguns políticos dizerem que é privatização. Isto é uma decisão que eu diria ser, porventura, das decisões mais importantes que vamos tomar. -----

REGIMENTO DA AM

Ponto n.º 2 - Apreciação discussão e votação de uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. -----

Luísa Castro (PS): na sequência da constituição do grupo de trabalho, da qual fez parte, para a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, informou que esta incide, essencialmente, nas alterações do Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente no artigo 34º. Foram apresentadas sugestões relativas ao funcionamento, que, entretanto, já foram conversadas com o presidente da mesa da assembleia. -----

Manuel Monteiro (PS): acabam por propor o mesmo regimento, com as alterações manifestadas pela secretária da mesa. -----

Relativamente às recomendações do funcionamento da assembleia e devo dizer também que a última assembleia teve um episódio de que não se pode orgulhar e foi nesse sentido que foi discutido entre nós que os mecanismos que o regimento prevê que possam ser usados e mobilizados pelo conjunto de membros assembleia que são suficientes para que tenhamos todas as possibilidades de respeitar os direitos de maternidade, os direitos de paternidade, e os direitos de cidadania que estão inerentes ao exercício da função de membro desta assembleia nomeadamente no seu artigo 15º. Portanto, foi nesse sentido que nos encontramos perante uma pequena sugestão de um dos membros do grupo que uma redação que viria a ser quase que, digamos um fato à medida para a sugestão de alteração ou de interrupção dos trabalhos. De qualquer maneira, o artigo 15º do Regimento prevê, nos poderes de membro da assembleia, todo um conjunto de mecanismos que podem ser mobilizados atempadamente para regular o funcionamento da assembleia e respeitar todos os direitos de cidadania dos seus membros. Foi também já transmitido pela secretária ao presidente, foi discutida e que fosse feita uma recomendação à mesa para a ponderação da marcação dos trabalhos para, por exemplo a um sábado no caso de uma agenda sobrecarregada, como foi o caso da anterior. Também foi feita a recomendação, da preocupação de alguns membros deste grupo, da intervenção do público poder ser feita noutro momento da agenda de trabalhos. Foi também feita a recomendação à mesa de que visse a possibilidade do interesse e da eventual legalidade da transmissão desta assembleia por meio da internet. Por último, foi também, porque teve a ver com a discussão à volta das atas, dos conteúdos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das atas, daquilo que é o sistema de gravação que é feito, que é um mecanismo para a realização e a feitura das atas que embora seja transcrita por um funcionário da autarquia afeto à assembleia, a proposta a esta assembleia é da mesa da assembleia. Muitas vezes ouvimos dizer, e na última assembleia isso aconteceu, de que o funcionário da autarquia não tinha respeitado ou não teria entendido o sentido de intervenção de algum dos membros da assembleia. O funcionário faz a transcrição ou faz a proposta de resumo que é subscrita pela mesa e que é submetida à apreciação desta assembleia. -----

Hoje tivemos a oportunidade, por avaria do microfone móvel, que não é prático para a gravação e para a intervenção da própria assembleia, porque do ponto de vista gestual, impedimos a qualidade da gravação, portanto seria conveniente que nas intervenções que se façam se dirijam ao parlatório até, por em termos de comunicação não estarmos de costas para a assembleia. -----

Celina Sousa (PCP/PEV) o presidente da Assembleia mostrou-se muito mais sensível ao tema que causou tanto celeuma na sessão anterior que eu gostava de falar um bocadinho sobre o tema, porque não é só para ele que me dirijo, mas para todos e acho que é um tema muito importante de ser referido e eu sei que o tema da desigualdade entre homens e mulheres, para muita gente já não existe e que volta e meia vem à baila e já não tem interesse nenhum, mas infelizmente a desigualdade salarial entre homens e mulheres, a dificuldade chegar a cargos de chefia, seja a nível de gestão, seja a nível político, continua extremamente patente. É certo que a maioria das mulheres têm muita dificuldade em aceder a cargos políticos e de se manterem ativas na vida política enquanto gerem igualmente a vida familiar. Eu sei que muitos de vocês, se calhar, vão enumerar muitas mulheres que são uma referência nacional em termos políticos, em termos de gestão, mas isso não acontece com todas, porque a política, atualmente ainda é para homens e ainda é um mundo de homens. Basta olhar para esta assembleia e verificar que ela é essencialmente constituída por homens, e se calhar muitas das mulheres, as poucas que estão aqui, algumas delas estão aqui por uma questão de quotas, porque se essas quotas não existissem, de certeza que elas não estariam cá. Por isso, gostava de deixar patente que a discriminação entre homens e mulheres ainda existe, mas é importante aceitar a diferença que existe entre ambos. Sei que as mudanças são lentas, mas temos que começar por algum lado para que elas aconteçam por isso aceitar que as assembleias municipais se prolonguem até às duas, três ou quatro da manhã, esquecendo que, no dia seguinte as mães, as mulheres cuidadoras, as trabalhadoras ficam sobrecarregadas e acabam por deixá-las menos ativas em termos sociais e em termos políticos. E o que acontece e como aconteceu na última assembleia que elas são convidadas a ser substituídas. Por isso, eu gostava de propor e foi por isso que propusemos e chegamos a esse consenso, na reunião sobre o regimento, que sempre que for preciso e eu não estou a falar só sobre mim porque, felizmente não sou a única mulher, sempre que tal for preciso e uma mulher se ausente para amamentar, os trabalhos sejam suspensos por tempo razoável, não chegamos a um consenso de horário porque é diferente uma pessoa como eu que mora aqui ao lado e uma pessoa que mora, se calhar em São Martinho ou em Vascões, são sempre situações bastante diferentes, que essa pessoa

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se dirija ao presidente da mesa que o informe e respeitando artigo 15º do Regimento, os trabalhos sejam suspensos e sejam retomado assim que pessoa voltar à assembleia municipal. Sugerimos também, tal como o membro do Partido Socialista referiu, que quando a ordem trabalho seja muito extensa se pondere, por exemplo, marcar a sessão para um sábado à tarde podendo os trabalhos decorrer durante a tarde se necessário suspender os trabalhos para jantar e continuarem durante a noite para não entrar pela madrugada dentro ou então, dividir a reunião em dois dias, mas isso ficará o critério então do presidente da Assembleia. -----

Disto não falámos nas reuniões do Regimento, mas gostava muito, que toda a gente aqui presente na Assembleia fosse mais participativa, inclusivamente os senhores presidentes de junta, porque estamos aqui para, exatamente ouvir toda a gente e eles, melhor do que ninguém, sabem do que se passa nas suas freguesias e as melhores pessoas para nos trazerem os problemas que enfrentam e que, como eu que sou membro da oposição, venha para aqui criticar, não é essa a questão, mas a questão de enriquecer as assembleias municipais e trazer os problemas para a assembleia municipal para que possam ser debatidos. -----

Presidente da Assembleia: a proposta que temos é única e é a adaptação ao Regimento do Código do Procedimento Administrativo, sobretudo no que diz respeito à votação das atas, ou seja, de só poderem votar aqueles que estiveram presentes na sessão. -----

A Mesa terá em consideração o conjunto de recomendações apresentado e, sobretudo, terá o bom senso de aplicá-las, como o tem feito até aqui. -----

Relativamente à suspensão ou aquilo que aconteceu na sessão anterior, o assunto era, por completo, desconhecido da Mesa. Fomos confrontados com isso e não era do nosso conhecimento e como disse há pouco, a estratégia que adotámos para hoje já foi completamente diferente, porque já estávamos sensibilizados para a questão e todas as pessoas têm direitos consagrados por lei. A Mesa suspenderá os trabalhos por 30 minutos, se assim for pedido, para cumprimento da Lei da Maternidade ou para outra situação. Já agora a mesa interpreta que não é o artigo 15º, mas o ponto 2 do artigo 31º sobre a duração das sessões, ou seja “as sessões não podem ser interrompidas, salvo por decisão do presidente da mesa; os grupos de municipais podem propor interrupção dos trabalhos por 10 minutos para conciliar posições, votações, etc...; intervalos, que não define tempo e tanto pode ser 10, como 30 minutos, mas sempre por um tempo razoável para que as pessoas não se vão embora e não desapareça o quórum; o restabelecimento da ordem na sala que espero que não venha a utilizar; e a falta de quórum, se não houver quórum e entretanto não for repostado, a sessão da assembleia será adiada para os dias seguintes; a suspensão das sessões, como disse o porta-voz Partido Socialista há, elementos do Regimento que o permitem aplicar, portanto não é preciso acrescentar nenhum ponto novo no Regimento, basta a Mesa ser avisada para essas situações. Em relação à assembleia aos sábados, tudo depende da ordem de trabalhos, mas há tradição de ser realizada à sexta-feira. Aquilo que se passou na assembleia anterior não se vai repetir, a não ser na primeira sessão do mandato de 2021/2025, quem estiver presente vai confrontar-se, nessa assembleia, com a eleição dos membros

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para as comissões, que tem que ser por voto secreto e isso é que demora imenso tempo. A assembleia de abril, da conta de gerência, também costuma ser mais demorada, mas a maioria das sessões não ultrapassa a meia noite.-----

As sessões já se realizaram à tarde e a duração chegava às 18h00 19h00 e passou a realizar-se à noite para atender à disponibilidade de todos os membros.-----

Outra situação que o Regimento prevê é que a sessão da assembleia pode ser realizada em duas ou três reuniões. Podemos chegar à meia-noite, encerrar os trabalhos e continuar no dia seguinte, ou seja, no espaço de vinte e quatro horas. -----

Com as assembleias descentralizadas procurámos que houvesse mais intervenções do público e isso não aconteceu.-----

A transmissão pela internet é uma situação que entra em conflito com direitos de imagem e a gravação em áudio serve apenas para suporte à elaboração da ata. -----

Outra informação, os presidentes de junta estão na assembleia por inerência e os presidentes de junta são muito ativos nas suas juntas e assembleias de freguesia, onde têm de facto intervenções muito significativas e também aqui nas questões que colocam ao senhor presidente da Câmara. Ainda estamos no início do mandato, mas vamos ver, decerto, presidentes da junta a reclamar direitos para as suas freguesias.-----

Finalizando, quanto ao uso do Regimento, haverá sempre bom senso e em casos omissos, a Mesa poderá submeter as suas propostas ao plenário, ou seja, será sempre o plenário a decidir. -----

João Cunha (PPD/PSD): não vejo qual seja o problema da transmissão. Ainda hoje vi o que se passava noutras assembleias municipais. Realmente são menos aquelas que transmitem áudio e vídeo, do que aquelas que transmitem áudio. A de Ponte de Lima transmite na íntegra e tem muitas visualizações e isto tem a ver com o pedido que fiz à mesa relativamente à disponibilização das gravações áudio e de que havia muitos problemas. -----

Outro assunto, sei que os membros dos órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais.-----

O Presidente da Assembleia informou que todos os eleitos locais têm seguro de acidentes pessoais, no exercício das suas funções de membros dos órgãos autárquicos. -----

Por fim foi lida a alteração ao artigo 34º do Regimento “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ele respeita. -----

A proposta de Regimento da Assembleia Municipal posta à votação foi aprovada por maioria com 31 votos a favor, sendo 25 votos do PS; 4 do PSD, 1 do PCP e 1 independente e 1 abstenção do PS. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PROGRAMA ESTRATÉGICO DA ORU

Ponto n.º 03 - Apreciação, discussão e votação do Programa Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana de Paredes de Coura. -----

O Programa Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana de Paredes de Coura, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ 31-12-2017

Ponto n.º 04 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-12-2017, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 16-12-2016, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ 31-01-2018

Ponto n.º 05 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-01-2018, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 15-12-2017, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

DESIGNAÇÃO DE JURI DE RECRUTAMENTO

Ponto n.º 06 – Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal de designação do júri de recrutamento do cargo de dirigente intermédio de 3.º grau Chefe de Serviço de Obras Municipais”. -----

A proposta da Câmara Municipal de designação do júri de recrutamento do cargo de dirigente intermédio de 3.º grau, chefe de serviço de obras municipais, submetida à votação foi aprovada por unanimidade. -----

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =

Ponto n.º 07 - Intervenção do público. -----

Não houve intervenções. -----

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. -----